



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas¹

André Monteiro Moraes²

Analice Barreto de Moura Costa³

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise acerca das determinações objetivas do processo de construção da razão, seus fundamentos e formas de expressão na sociedade burguesa. A análise é desenvolvida a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, que diante de uma reflexão teórica aprofundada, aponta para a existência da dicotomia entre teoria e prática, em especial na dimensão do Serviço Social, quando fundada na perspectiva da racionalidade burguesa.

Palavras-chave: Ontologia. Racionalidade Burguesa. Serviço Social.

Abstract: This article presents an analysis about determinations objectives of the process of reason's construction, its foundations and forms of expression in a bourgeois society. The study is developed from the perspective of dialectical historical materialism, which in the face of a deep theoretical reflection, points to the existence of the dichotomy between theory and practice, especially in the Social Service dimension, when founded on the perspective of bourgeois rationality.

Keywords: Ontology. Bourgeois Rationality. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

“Assim, se a tarefa ideológica da burguesia revolucionária fora a conquista da realidade por uma razão explicitada em todas as suas determinações, essa tarefa – na época da decadência – consiste precisamente em negar ou limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens” (COUTINHO, 2010, p. 23).

A citação de Coutinho, mais do que demarcar a particularidade da razão humana no marco da decadência ideológica da burguesia, nos confirma um pressuposto fundamental: tal como várias outras dimensões da vida humana, também a relação da razão com a realidade perpassa o entendimento de suas determinações, que encontram-se centralmente na vida objetiva dos homens, ou, mais precisamente, no modo como se organiza a produção da vida material destes, no trabalho.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <barreto.analice@gmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <barreto.analice@gmail.com>.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <barreto.analice@gmail.com>.

Esse é o pressuposto que guia todo o percurso teórico desenvolvido nesta breve análise que pretende apresentar os fundamentos ontológicos da tensa relação do Serviço Social com as teorias, que de forma recorrente tem levado à falsa dicotomia de que na prática a teoria é outra entre outras distorções.

Para tal, fez-se necessário, nos dois primeiros itens do presente artigo, buscar o entendimento acerca das determinações objetivas do processo de construção da razão, seus fundamentos e formas de expressão, especialmente na sociedade burguesa. A análise é, portanto, desenvolvida a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético e objetiva situar, ontologicamente, os desafios a serem analisados na sequência.

Outrossim, nos itens subsequentes, propõe-se a análise do Serviço Social em meio à esta complexa relação razão-realidade, considerando-se suas particularidades históricas e relacionando-o ao processo de construção de um projeto profissional crítico da profissão.

Por conseguinte, o presente texto pretende abordar, no marco da realidade contemporânea, a particularidade dos desafios teórico-metodológicos postos ao Serviço Social – e seus desdobramentos em outras dimensões profissionais, em meio às mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, que impõem importantes alterações no mundo do trabalho e na organização do ensino superior brasileiro, especialmente no que diz respeito à formação em Serviço Social e o exercício profissional dos Assistentes Sociais, que repõem e adensam, diuturnamente, os desafios de outrora.

2 TRABALHO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE HUMANA

Para elaborarmos quaisquer análises acerca da racionalidade humana, há que se recuperar a centralidade de seu fundamento ontológico: o trabalho. A ontologia lukásciana, que nos permite compreender, entre outros, a sociabilidade e subjetividade humana em suas múltiplas e complexas formas, funda-se sobre o pressuposto marxiano elementar: “os homens apenas podem viver se efetivarem uma contínua transformação da natureza” (LESSA, 1996, p. 03).

A centralidade ontológica do trabalho explica-se, por um lado, pois “qualquer que seja a forma de sociedade, o trabalho concreto, produtor de valores de uso, é condição da existência humana” (FORTI; GUERRA, 2009, p. 14). Ou seja, para a reprodução de sua vida biológica, é requisito que o homem trabalhe.

Por outro lado, este trabalho que opera transformações na natureza para atenção das necessidades humanas, opera simultaneamente transformações no sujeito que trabalha. Isto, pois, estas ações são teleologicamente postas. Tudo o que os homens fazem é resultado de um raciocínio que é capaz de antecipar os objetivos da ação e criar as expectativas de seu resultado.

Isso significa que o ser humano possui uma capacidade que o diferencia de todos os outros seres vivos, a capacidade teleológica. De realizar, antes em sua mente, o que se pretende tornar real. Isso o distingue essencialmente dos outros animais, que embora operem transformações na natureza, o fazem por um imperativo biológico puramente instintivo.

Outra mediação fundamental deste processo, é que o trabalho humano apenas pode ocorrer no interior de relações sociais. A produção das condições para existência e reprodução da vida humana requer a cooperação para que seja possível a produção dos bens necessários. Desse modo, trabalho e sociabilidade são dois complexos sociais inseparáveis.

Soma-se a isso a capacidade humana de falar, escrever e, portanto, comunicar-se e acumular conhecimentos, tornando possível o permanente desenvolvimento e melhoramento de seu relacionamento com a natureza, no sentido de utilizá-la a seu favor, dominá-la, tornando-se cada vez menos vulnerável a esta.

Em síntese, é o trabalho que funda todos os complexos que envolvem a sociabilidade humana, fazendo com que os homens diferenciem-se do mundo orgânico e demarcando seu salto para um ser social. Destaca-se, entretanto, que na relação dialética, há uma hierarquia ontológica clara da realidade como pressuposto do entendimento do ser social na perspectiva do materialismo histórico dialético.

Assim, embora o ser humano tenha a capacidade de formular objetivos e metas no campo da consciência, antes de sua intervenção no real, ideias são formuladas a partir do que existe na realidade, do que a consciência humana é capaz de entender e interagir, posto que o homem só transforma o que existe.

“[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47)

Deste modo, entende-se que a premissa marxista de que é o trabalho que funda o ser social e seus múltiplos complexos – linguagem, cultura, valores, subjetividade, etc. – explica, também, as formas de racionalidade humana ao longo das mais diversas formas de sociabilidade. Pois, “o conhecimento teórico emerge do processo histórico-social como resultado elaborado das atividades humanas dirigidas à satisfação de necessidades materiais e espirituais” (FORTI; GUERRA, 2009, p. 13).

Situa-se ontologicamente, então, o problema em tela: as formas de racionalidade típicas da sociedade burguesa decadente, que abordaremos a seguir, encontram sua explicação na forma como os homens organizam sua produção material da vida neste modo de produção.

3 A RAZÃO MODERNA: DA ASCENSÃO À CRISE DA FILOSOFIA BURGUESA

Dados os pressupostos anteriormente expostos, cabe a tarefa do entendimento acerca do problema da racionalidade e do conhecimento nos marcos do modo de produção capitalista, ou seja, os fundamentos ontológicos do surgimento e crise da razão moderna.

Ao nos referirmos à razão moderna, falamos destacadamente do resultado de um longo e rico processo de revoluções científicas que marcaram os idos anos entre os séculos XVI e XVII. Estas revoluções, que tiveram como avanços inicialmente, sobretudo, as descobertas nas áreas hoje entendidas como ciências naturais e exatas, protagonizados por expoentes como Galileu Galilei, demarcam um processo histórico-social de extrema relevância na história da humanidade.

Inicia-se o período que identificamos como a era do primado da razão e “caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética” (COUTINHO, 2010, p. 20). Essa era rompe significativamente com a tradição secular em que o predomínio do entendimento do mundo, da natureza e do homem dava-se por meio da fé e da religião.

O conhecimento humano começa a jogar luz sobre as trevas que se expressavam hegemonicamente em concepções dogmáticas e restritas de mundo, não por acaso, em um período de amplo desenvolvimento das forças produtivas e mudanças nas formas da produção da vida material humana, ou seja, a “razão moderna é suportada pela objetividade e processualidade que ela verifica e reconstrói na realidade” (NETTO, 1994, p. 28). Cabe destacar que as mudanças assinaladas repercutirão não apenas “no campo epistemológico, mas também na economia, na política, na ética e na estética” (SIMIONATTO, 2009, p. 01).

Assim é que na transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista,

“[...] a burguesia era a porta-voz do progresso social, seus representantes ideológicos podiam considerar a realidade como um todo racional, cujo conhecimento e conseqüente domínio eram uma possibilidade aberta à razão humana” (COUTINHO, 2010, p. 22).

A história da razão moderna, entretanto, não se constitui apenas de um movimento progressivo. Entende-se que, dadas às condições materiais, há uma primeira etapa progressista, conforme assinalada acima, que se inicia nos pensadores renascentistas e que tem seu último e máximo expoente em Hegel.

Hegel sintetiza e eleva as conquistas de todo esse período em três categorias fundamentais: o Humanismo – entendimento de que o homem é produto de sua história coletiva; o Historicismo – que observa o caráter ontológico da realidade; e a Razão Dialética – perspectiva metodológica de entendimento do real como processualidade e unidade de contrários e a possibilidade de apreensão subjetiva da objetividade (COUTINHO, 2010).

Posteriormente, os avanços que denotam essa etapa progressista da filosofia burguesa, são substituídos pelo período de decadência ideológica, ou da “miséria da razão”, nos termos de Coutinho (2010). Cronologicamente, a decadência tem início no segundo quartel do Século XIX, quando o proletariado torna-se classe para si, colocando-se em defesa de interesses antagônicos aos da burguesia, delineando novos traços à luta de classes e impondo o fim da suposta representatividade burguesa de interesses universais.

O período da decadência é caracterizado, hegemonicamente, pela limitação ou negação da razão e o abandono parcial ou total da cientificidade. Outras características podem ser assinaladas: o acentuamento da divisão social do trabalho expressa-se também na intensiva especialização das ciências, dificultando a generalização dos conhecimentos; categorias centrais para o entendimento do homem, como ontologia e ética, são expurgadas dos debates científicos. Tidas como categorias “irracionais”, acabam se transformando em matéria da ideologia burguesa. Aliás, este é um traço comum da decadência filosófica da burguesia: muito do que aparece como “ciência”, na verdade, trata-se de pura ideologia e justificação teórica da realidade, na perspectiva do conformismo e da resignação. No processo de ideologização das ciências surge individualismo, historicismo subjetivista e o irracionalismo (COUTINHO, 2010).

Uma das mais importantes correntes filosóficas produto da decadência e que possui grande influência nos primórdios do Serviço Social é o positivismo.

Concebendo os fenômenos sociais como imutáveis, e seus males inevitáveis, cabe aos sujeitos – e ao pesquisador – um claro papel de resignação e conformação. É por isso que de forma bastante sintética Durkheim, provavelmente o principal representante desta corrente sociológica, afirma que o positivismo “[...] não tem nada de revolucionário, pelo contrário, ele é essencialmente conservador, porque considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais maleável que seja, não pode ser modificada pela vontade humana” (apud LÖWY, 2008, p. 48).

Dessa forma, o positivismo apresentou-se como uma das teorias sociais que embasaram os primeiros passos da construção de um referencial teórico para o Serviço Social brasileiro. Ambos, o positivismo e o Serviço Social, possuem raízes conservadoras que se expressam, entre outras formas, por meio da naturalização da existência da pobreza. Com um projeto profissional enraizado no conservadorismo, ligado à Igreja Católica, os Assistentes Sociais brasileiros partiam, na origem da profissão, do pressuposto de que as desigualdades sociais eram naturais e, portanto, insuperáveis. Esta complexa relação entre a miséria da razão e o Serviço Social é o que abordaremos a seguir.

4 UM BREVE RESGATE DA TRADIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

A direção teórico-política hegemônica do Serviço Social brasileiro passou por inúmeras mudanças ao longo da história da profissão. Nota-se, entretanto, durante as primeiras décadas de existência da profissão (de 1930 a meados de 1960), um marcante traço comum: o compromisso sociopolítico com o conservadorismo (IAMAMOTO, 2011). Este traço comum foi a base de um fazer profissional comprometido com o projeto de sociedade das classes dominantes (PEREIRA, 2007).

O Serviço Social brasileiro surge com um propósito conservador, em um momento sócio histórico complexo, afetado pela luta de classes e pelo objetivo da burguesia, Estado e Igreja de doutrinação das massas operárias, que lutavam por direitos no processo de industrialização vivido pelo país neste momento. Sua origem explica-se, entre outros fatores, pela necessidade de intervenção ideológica das classes dominantes sobre a classe trabalhadora “a partir de sua inscrição em um projeto reformista conservador” (ORTIZ, 2005, p. 02).

Dessa forma, instala-se na profissão uma concepção de exercício profissional que almeja tratar os problemas sociais buscando soluções individuais, como se a pobreza, o desemprego e outras mazelas sociais fossem resultado de algum desajustamento individual ou familiar, e não um problema de fato social. Em

consonância com uma visão completamente desconectada das causas das expressões da questão social, que busca resolver desajustamentos ocasionais, o fazer profissional do Assistente Social no período que antecede a renovação configurava-se hegemonicamente em um fazer fundamentalmente técnico-operativo que almejava um ajustamento social dos indivíduos, negando a necessidade da formação teórica para a intervenção profissional.

Estes são alguns dos elementos de sustentação do discurso e da prática dos Assistentes Sociais durante as primeiras décadas da profissão, que vão se expressar na busca pela resolução da “crise da profissão” pela via do maior aperfeiçoamento técnico-instrumental (IAMAMOTO, 2011), levando às diferentes fases de intervenção profissional. Seja a fase embrionária mais ligada à caridade, a fase posterior de busca pelo ajustamento individual e coletivo, ou ainda a tendência à psicologização das relações sociais. Em todas essas fases, até o período do Regime Militar, observa-se a prevalência da discussão da metodologia profissional, buscando encontrar e aperfeiçoar os traços peculiares da profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção (IAMAMOTO, 2011). Estas fases expressam a busca por encontrar no aperfeiçoamento profissional a resolução para os problemas com os quais o Serviço Social trabalhava.

Somente na década de 1970, após a Reforma Universitária de 1968, com a inserção do Serviço Social em ambientes universitários e, notadamente, com a conjuntura de lutas sociais e questionamentos ao regime militar, que sinalizou o início de um período de profundos questionamentos quanto à direção social do Serviço Social (PEREIRA, 2007).

Assim, de um profissional incumbido de transformar demandas por direitos sociais em “desajustes” e/ou “patologias sociais” o Assistente Social passou a pautar-se pelo reconhecimento de uma sociedade dividida em classes sociais e pela condição estratégica da luta por direitos sociais. Deste modo, o processo de renovação profissional – possibilitado contraditoriamente, entre outros fatores, pelo Estado brasileiro por meio da laicização e expansão da profissão com a inserção do processo formativo em ambientes universitários – desencadeou um movimento de construção de um pluralismo teórico, ideológico e político profissional. Tal processo proporcionou, ainda, a construção de um projeto profissional cuja pauta, nos anos 1980, foi a de ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social (PEREIRA, 2007).

Este movimento de construção de um novo direcionamento teórico, ideológico e político na profissão apresenta sua ambiência sócio histórica, ideopolítica e cultural no avanço das lutas sociais dos anos 1980. Os avanços intelectuais pelos quais passou a profissão delegam o protagonismo, mas não exclusividade, dessas

transformações à relação com a teoria marxista, pois são também parte de um movimento de avanço da consciência do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Importante notar que este processo de aproximação do Serviço Social com o materialismo histórico dialético é marcado, inicialmente, por uma série de imprecisões, dado que o primeiro contato ocorrerá pela via do “marxismo vulgar”, entendido como o pensamento de Marx tomado a partir de interpretações mais positivistas que marxianas (ORTIZ, 2005).

Na década seguinte, 1990, mantém-se o mesmo ritmo da intenção de ruptura com os ideais conservadores, em que observa-se os ganhos advindos do amadurecimento intelectual e político vivido pela profissão na década anterior (ORTIZ, 2005), consagrando importantes reformulações nos marcos regulatórios da profissão, como o Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação (1993) e o estabelecimento das Diretrizes Curriculares (1996) para o curso de Serviço Social nas universidades. Todas estas mudanças somam-se a muitas vitórias conquistadas pela classe trabalhadora num plano mais geral, tais como a Constituição de 1988 e seus desdobramentos nas políticas públicas, que também foram essenciais para a consolidação não só da profissão, mas para a efetivação dos direitos sociais.

A maturidade e os avanços da profissão esbarram, entretanto, no aprofundamento da crise do capital e suas nefastas consequências para a vida material dos trabalhadores, bem como para sua reprodução espiritual. Desafios estes que veremos no item seguinte.

5 DECADÊNCIA IDEOLÓGICA E SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS PROFISSIONAIS

A conjuntura dos anos 1990, com a queda do muro de Berlim, com o aprofundamento da crise de um projeto político de esquerda, em nível mundial e nacional, e a crescente falta de perspectiva societária e política, se agrava mediante um conjunto de medidas fundadas no neoliberalismo: contrarreforma do Estado e sucateamento dos serviços públicos. Tais questões formaram um consenso ideológico em torno da vitória do capitalismo e do “fim da história”.

O aprofundamento da crise do capital e a impossibilidade deste modo de produção em oferecer saídas objetivas para sua crise, colocam para o campo do conhecimento suas limitações estruturais, de modo que “a práxis humana tende a se objetivar contra os próprios homens, tende a se tornar uma objetividade alienada” (COUTINHO, 2010, p. 37).

Essa objetividade alienada, do ponto de vista da produção de conhecimentos, expressa-se na negação de paradigmas econômico-sociais, volta-se para perspectivas individualistas e culturalistas, propondo-se a entender o micro, a subjetividade desconectada da objetividade (SIMIONATTO, 2009). Afastando-se do entendimento da totalidade social.

Os denominados “novos paradigmas” assumem, como bandeiras epistemológicas, “trabalhar não a realidade, mas as suas representações”; não o universal, e sim o singular, o micro, o pontual; não as questões macro, de estrutura, mas o cotidiano, os fragmentos; não o futuro, e sim o presente; não o público, mas a intimidade (CARVALHO, 1995, p. 19 *apud* SIMIONATTO, 2009, p. 07).

Nesse percurso epistemológico, todas as correntes do pensamento burguês decadente, “racionalistas” ou irracionalistas, “objetivistas” ou subjetivistas, positivistas ou existencialistas; todas elas assumem o caráter de um pensamento fetichizador, limitando-se a apreensão fenomênica da realidade social (COUTINHO, 2010).

Como mais um desdobramento da decadência ideológica – e com maior influência da forma direta de administração da produção da vida material, ou das formas de organização do trabalho no capitalismo do século XXI, marcadas pelo grande salto no desenvolvimento das forças produtivas com o forte advento da robótica e informatização – observa-se, ainda, a tendência de excessiva burocratização de toda a vida social: “A burocratização, assim, aparece como um momento da alienação, na medida em que fetichiza determinados elementos da ação humana, transformando-os em ‘regras’ formais pseudo-objetivas” (COUTINHO, 2010, p. 41).

O imediatismo, a superficialidade e a burocratização de toda a vida social que predominam no capitalismo decadente do século XXI, impõem, mais uma vez, uma infinidade de desafios aos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social. Inclusive porque, a própria localização na divisão sócio técnica do trabalho, ou a “função” desta profissão, tendem, naturalmente, a conectar-se com a imediaticidade, tendo em vista que “a profissão especializa-se em responder a demandas que exigem solução imediata de problemas, especialmente aqueles que tensionam e ameaçam o ordenamento social” (GUERRA, 2013, p. 40).

Diante disto, vê-se uma tendência pragmática e empírica nos profissionais do Serviço Social. Essa tendência, renova a tensa relação do Serviço Social com as teorias, sobretudo a jovem relação com a teoria social crítica marxista, que passa a ser constantemente alvo do questionamento acerca de sua “utilidade” para a profissão e à

conclusão amplamente difundida de que formação e exercício profissional encontram-se desconectados, ou, trocando em miúdos, de que na prática a teoria é outra.

Do ponto de vista da formação profissional, visualiza-se que o perfil de formação pretendido pelas Diretrizes Curriculares (1996) está cada dia mais ameaçado pelo processo de contrarreforma da educação superior. Existe uma necessária atenção à dinâmica de expansão do ensino superior, pois suas tendências apontam no sentido da reconfiguração do perfil profissional da categoria, já que o ensino a distância, expressão máxima do rebaixamento da qualidade da formação acadêmica, possui hoje maior número de matrículas do que o ensino presencial.

Esta realidade apresenta caminhos de continuidade de uma longa e árdua luta, pois do outro lado encontram-se diversos interesses. Rebaixar a qualidade da formação em Serviço Social significa a formação de profissionais compatíveis com as exigências do capital.

Busca-se produzir um profissional em sincronia com a tendência das políticas sociais contemporâneas: focalizado, minimalista, fragmentado, para gestão da pobreza e controle dos pobres. Um profissional que reproduz e reforça as contradições da realidade atual, ao invés de buscar enfrentá-las.

Dado que o trabalho do Assistente Social inevitavelmente encontra-se subordinado aos parâmetros institucionais para a realização de seu fazer profissional, e, sobretudo na conjuntura de crise do capital, estes parâmetros tendem a caminhar cada vez mais na contramão do projeto profissional, a expectativa da realização de um trabalho conectado com as demandas da classe trabalhadora recai sobre a possibilidade do exercício da relativa autonomia profissional. Mas, para que essa relativa autonomia profissional se realize, é “fundamental a capacidade intelectual, ou seja, a busca de conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-políticos) que permitam ao Assistente Social situar seu papel como profissional” (PEQUENO, 2015, p. 222). Essa necessidade, entretanto, caminha na contramão da tendência das formas de racionalidade na sociedade burguesa decadente.

Em síntese, a partir destes desafios apresentam-se questões: “a indicação de Marx coloca-nos assim uma tarefa: indagar quais são esses limites objetivos impostos pela vida imediata, pela divisão capitalista do trabalho, ao pensamento da decadência” (COUTINHO, 2010, p. 32). E, especificamente, no caso do Serviço Social, cabe a indagação acerca de quais os limites colocados à formação e ao exercício profissional a partir das tendências expostas no marco geral do pensamento da decadência, e em suas expressões particulares na profissão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a presente reflexão abordando os fundamentos ontológicos da racionalidade humana e sua particularidade no modo de produção capitalista. Ao situar o Serviço Social em meio a esta análise, assinalamos as particularidades da profissão, considerando-se seus próprios fundamentos e sua história.

Ao pensarmos, então, nos desafios profissionais, é necessário relacioná-los com a atual situação econômica, política, social e ideológica da classe trabalhadora em geral. Estamos em meio à barbárie social, pois os ataques aos direitos trabalhistas, sociais, políticos e humanos são inúmeros.

Esta barbárie, se expressa no Serviço Social impondo desafios desde a formação ao exercício profissional. Entende-se que um profissional com inúmeras debilidades teórico-metodológicas, técnico-interventivas e ético políticas, “tende a aceitar, sem questionamentos, demandas institucionais de manutenção da lógica desigual presente historicamente em nossa sociedade [...]” (CFESS, 2014, p. 34-35). Isso se expressará em uma prática que retoma e renova o conservadorismo na profissão, incapaz de escapar das artimanhas ideológicas do voluntarismo, tecnicismo, pragmatismo, da prática rotineira e burocratizada, do empirismo. Isso porque as demandas do Serviço Social aparecem na forma individualizada, e a prática irreflexiva nos leva a respostas individualizadas. Mais ainda, todos esses elementos levam ao inegável aumento do conservadorismo, por meio da exacerbação do individualismo, da falta de solidariedade, dos (des) valores o que ameaça diretamente todos os avanços conquistados como fruto da maturidade teórica e política vivida pela profissão no processo de construção de seu projeto profissional crítico.

A realidade é, de fato, assustadora, mas há, entretanto, esperança. Outros elementos dessa mesma realidade – dinâmica e contraditória – nos fazem crer que o projeto profissional crítico do Serviço Social continua permeado por importância e sentido.

Nessa perspectiva, acredita-se, como assinala Barroco (2011, p. 215) que “se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura” e que, o patrimônio teórico, político e ético que dá sustentação ao projeto profissional faz parte de uma herança que “pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto” (Ibidem., p. 215). Assim sendo, cabe considerar, desta realidade, além dos elementos regressivos, aqueles que assinalam a ‘existência da resistência’, por assim dizer. Os elementos progressivos da luta de classes. Ou seja, as lutas democráticas, em defesa dos direitos sociais e das minorias, que permanecem vivas. E é nelas que o Serviço Social precisa ancorar o sentido de seu projeto profissional.

7. Referências

- BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e serviço social*. Brasília, 2014, v.2.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FORTI, V; GUERRA, Y. “Na prática a teoria é outra?”. In: *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos*. FORTI; GUERRA (orgs.), Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009.
- GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LESSA, Sérgio. *A centralidade ontológica do trabalho em Lukács*. Disponível em: www.sergiolessa.com.br. 1996. Acesso em: 10/03/2019.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social*: elementos para uma análise marxista. 18. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 15, n. 44, p.26-42, 1994.
- ORTIZ, Fátima da Silva Grave. *Serviço Social e método*. Disponível em: [http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS35.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS35.pdf). 2005. Acesso: 10/03/2019.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. *Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. 2007. 378 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- SIMIONATO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.